

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL: O DILEMA ENTRE SENTIMENTO E RACIONALIDADE

*Wallace Faustino da Rocha Rodrigues**

Resumo: O funcionamento das instituições democráticas, de bases fundamentalmente racionais, no Brasil sugere questionamentos quanto à efetividade da democracia. Assim sendo, por meio de pesquisa bibliográfica, tenta-se dialogar com tal questionamento ressaltando sempre as particularidades da formação da sociedade brasileira e a possibilidade, ou não, deste fato coincidir com os pré-requisitos racionais da operacionalidade da democracia em si. A trajetória percorrida recorre, primeiramente, à atenção de Sérgio Buarque de Holanda quanto à formação do povo brasileiro, essencialmente sentimental e não racional. Prossegue-se com as formulações de Weber quanto à racionalidade na modernidade e a sua inevitabilidade nas instituições democráticas. Por fim, apresenta-se base para um questionamento quanto à compatibilidade, ou não, das duas perspectivas.

Palavras-chave: Sociedade; Democracia; Racionalidade; Modernidade.

Abstract: The functioning of democratic institutions in fundamentally rational bases in Brazil suggests questions about the effectiveness of democracy. Thus, by means of literature, attempts to engage with such questions always emphasizing the peculiarities of formation of Brazilian society and the possibility, or not, this fact coincide with the prerequisites of rational operation of democracy itself. The trajectory turns, first, atn: Sérgio Buarque de Holanda on the formation of the Brazilian people, essentially sentimental and not rational. It continues with the formulations of Weber and rationality in modernity and its inevitability in democratic institutions. Finally, it presents a basis for an inquiry as to whether or not the two approaches.

Keywords: Society; Democracy; Rationality; Modernity.

Introdução

A preocupação com a capacidade de o sistema democrático moderno, tal como fora originalmente configurado, atender às demandas de uma sociedade com características tão particulares como a brasileira é o motivo do presente texto. Assim sendo, em um primeiro momento, tentar-se-á apontar algumas das já conhecidas singularidades da formação social no Brasil – algo tantas vezes estudado no Pensamento Social Brasileiro. O foco, porém, é estabelecido em Sérgio Buarque de Holanda e as suas bases teóricas na definição do brasileiro ressaltando, fundamentalmente, o lado pessoal na definição das relações sociais. Em seguida, far-se-á uma abordagem conceitual da formação da estrutura do sistema democrático moderno, ressaltando basicamente o extremo caráter racional da constituição das instituições democráticas, enfatizado, entre outros autores, por Weber. Parte-se do princípio de que tal racionalidade não é somente algo impreterível para a

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, PPGCSO/UFJF. Bolsista CAPES e PDSE, a quem agradece pelo financiamento da pesquisa.

inteligibilidade do sistema em si, mas, sobretudo, para o seu sucesso, destacando-se até mesmo como fator condicionante. Munido de tais referências, tentar-se-á, à guisa de conclusão, promover um questionamento conceitual sobre a funcionalidade das instituições democráticas no Brasil. Parte-se do princípio de uma possível lacuna aberta na democracia, em sua gênese institucional, visível, essencialmente, no caráter sentimental da constituição do brasileiro.

O racional e o sentimento: uma discussão conceitual

Abordar o dimensionamento dos conflitos políticos e a forma como eles se configuram na organização social de um país, principalmente, países latinoamericanos não é uma novidade. Todavia, sempre cabe um questionamento maior a remeter a utilização da vasta bibliografia a proporcionar bases para esta discussão. Sob esta luz encontra-se “O espelho de Próspero”, obra mor de Richard Morse e que, em alguma medida, funcionou como divisor de águas na forma como a América Ibérica deve ser percebida e reconhecida, dando a ela, na esplanada da desiludida década de 1980, a mesma do fim da polarização global e início da abertura para novas maneiras de se perceber o mundo, um novo ânimo quanto ao seu posicionamento global. Este posicionamento, involuntariamente, significou o reconhecimento, sobretudo, das particularidades e das nuances sociais e, por que não, das formas organizativas políticas na eterna luta de poder – se se preferir uma eloquência marxista.

Mas, em termos diretos, a obra de Morse, como não poderia deixar de ser, não agradou a todos. Pelo contrário, sustentou grandes oposições, notavelmente por parte dos defensores da lógica clássica da modernização¹, elocucionada pela configuração protestante de uma seleta Europa Ocidental e estandardizada nada menos que por Max Weber em brilhantes formulações teóricas que, sem sombra de dúvidas, possuem o mérito de posicionar o indivíduo através de si mesmo enquanto algo fundamental para a manutenção de uma ordem individual e competitiva. Ademais, o desencanto do mundo ganha proeminências a desenharem, de uma vez por todas, o ocidente em um constante movimento de inevitabilidade.

Seguindo este roteiro, observa-se que algumas das principais críticas sustentadas contra Morse em “O espelho de Próspero” e “A volta de McLuhanaíma” encontram-se na consideração, não errônea, de uma perspectiva tida por alguns como excessivamente culturológica e, com menor ênfase, mas não desprezível, pelo menos para Schwartzman, pela visão otimista das formas sociais assumidas pela América Latina, tanto no passado como no presente e, quiçá, no futuro. De forma alguma pretende-se fugir à tal proposição cultural – evidenciado fundamentalmente pela relevância da literatura iberoamericana enquanto possibilidade, segundo Morse, de trazer à tona a configuração assumida pela identidade do subcontinente, mas, ainda mais, pela possibilidade de, através dela, conseguir-se especular as

¹ Notavelmente, no Brasil destacam-se José Guilherme Merquior (1991) em sua consistente releitura do marxismo e Simon Schwartzman (1988b; 1989) com sua visão de São Paulo enquanto o baluarte da modernidade clássica européia e anglo-americana.

inúmeras maneiras expressivas do continente e sua capacidade de julgamento de si mesmo, e do outro, o Próspero (1990). Mais, corrobora-se tal perspectiva embora tenta-se, nos presentes escritos, proporcionar uma outra visão sociológica a relevar a importância de tal reconhecimento em um esboço teórico do que viria a ser este subcontinente no seu formato político e possibilidades de manifestação da sociedade civil em um sentido mais amplo.

Através da persistente consideração do tomismo na formação social Ibérica, Morse denota um sentido único para a vida social que, grosso modo, implica confrontar-se com a inexistência de algo semelhante à reforma protestante e às revoluções científicas visualizadas na Europa. Assim sendo, a Ibéria, e mais precisamente, a iberoamérica preservou o que haveria de mais tradicional – e, na acepção de Morse ganha conotações de originalidade – da formação social do Velho Mundo. Logo, o Novo Mundo possuiria o passado, as raízes da constituição européia. Não que se negasse qualquer possibilidade de infiltração do liberalismo, trata-se exatamente do oposto. Este liberalismo existe enquanto propósito de disseminação do Velho Mundo em sua empreitada das Grandes Navegações. Logo, o liberalismo chega, mas o choque é inevitável.

Alguns dos principais problemas na sedutora teorização morseana encontra-se justamente na forma como se admite a transição da perspectiva cultural para a consideração do plano político-econômico, isto é, aquele em que se situam os conflitos e, portanto, os atores sociais e econômicos devem se posicionar de forma clara e concisa. Tendo isso em vista, talvez um interessante ponto de partida para tanto esteja bem perto, mais precisamente em Sérgio Buarque de Holanda, no seu “Raízes do Brasil”. De acordo com o autor – e indo ao encontro de Morse – não há uma participação do homem ibérico no mundo em um sentido puramente protestante de sublimação de poderes e apetites do indivíduo. No célebre livro, estes são mais que considerados e conseqüentemente legitimados enquanto possibilidade de manifestação e caracterização da identidade do povo brasileiro – e, nesta rubrica, estendendo ao povo ibérico da leitura morseana.

A cordialidade do brasileiro caracterizar-se-ia não pelo posicionamento ascético do desencantamento isolado do mundo – inevitavelmente, o ensaísta Holanda é influenciado por Weber. A cordialidade reside justamente no não reconhecimento do homem ibérico enquanto indivíduo no sentido puramente ocidental em sua preservação da, então, originalidade brasileira. O trabalho, portanto, não é a via motora e organizadora da sociedade por onde, na concepção do indivíduo moderno de Weber, estariam canalizados todos os elementos mais prementes da constituição individual a caracterizarem a constituição social. Há, pelo contrário, no indivíduo ibérico, uma propensão maior para a aventura destoando qualquer possibilidade de auto-reconhecimento laboral – e, como conseqüência, a *aura sacra famas* do ocidente moderno (MONTEIRO, 2010).

O dilema percebido por Holanda em seu livro reflete, aparentemente, uma preocupação do autor com a configuração social admitida, tendo em vista a possibilidade livre de manifestação das personalidades². Não há isolamento por parte do brasileiro e o processo de auto-reclusão em uma esfera, a econômica, distinguindo-se claramente da esfera social. O

² Deve-se ter ciência da importância ocupada pelo termo personalidade historiografia social de Sérgio Buarque de Holanda, principalmente se se pensar em “Raízes do Brasil”.

posicionamento do brasileiro no círculo econômico, de mercado, e mesmo no círculo político, leva sempre em conta parte de sua personalidade e não somente o indivíduo. Imagina-se até mesmo a dificuldade de percepção do indivíduo em um posicionamento normativo na concepção de um sistema político, desligando a sua personalidade na forma final deste formato político.

É preciso afirmar, ainda, nesta perspectiva, a importância da concepção tomista do indivíduo que, por mais que não esteja tão clara na obra de Sérgio Buarque de Holanda, encontra espaço na interpretação da formação do Brasil, sobretudo da identidade do homem brasileiro a coincidir com o “homem cordial” (BARBOZA FILHO, 2000). Neste caso, o tomismo, entendido como a corrente filosófica inaugurada com Santo Tomás de Aquino (1225-1274), um dos principais pensadores da Idade Média, é uma elaboração cujas idéias mantêm diálogo com a Igreja Católica. Esta, por sua vez, apropria-se, através de Aquino e Agostinho, dos pressupostos teóricos vigentes entre os, então, desconhecidos pensadores clássicos, como Aristóteles, por exemplo. Assim sendo, uma das bases tomista situa-se em sua caracterização ética a valorizar, fundamentalmente, virtudes tipicamente atreladas ao agir humano, aos bens relativos, às criaturas de Deus que, por regra, o homem deve servir. Portanto, não se tem como orientação moral os principais elementos evangélicos, diretamente atrelados à doutrina católica vigente, como a humildade, a paciência, a obediência etc. Contudo, é importante observar que tal elaboração filosófica não destoia dos objetivos da Igreja Católica em sua proposta doutrinária. Pelo contrário, são assimilados enquanto forma de conduta moral para os seus súditos por estarem constantemente circunscritas à vontade de Deus (GILSON, 2006; 2007). Assim sendo, a Igreja consegue manter a sua proposta assaz doutrinária em um plano metafísico criando limites para a assimilação dos elementos mundanos na forma teológica, inclusive alguns dos desenvolvimentos científicos, tal como assinalado por Morse em “O espelho de Próspero” (1995). De modo geral, no entendimento do historiador norte-americano, a Ibéria possuiria um projeto de modernização condizente com a escolástica e, portanto, com o tomismo. A eclosão do pensamento liberal na Europa continental denota o descompasso entre a sua lógica individualista material e um pensamento justificado por bases teológicas metafísicas – não era mais possível justificar o posicionamento do homem no mundo e a forma como ele se relacionará com o seu meio puramente segundo a vontade divina (as primeiras relações comerciais encontram proeminência justamente neste momento).

Inevitavelmente, o questionamento de Holanda desponta: como estabelecer um sistema pactual, ao ocidente moderno, em uma (des)organização como esta? Como estabelecer um pacto social “a partir de uma ética da exploração máxima da terra, da mobilidade extrema dos homens, da valorização da força instantânea do indivíduo?” (2006). Por conseguinte, qual a comunidade política a se estabelecer em uma comunidade como esta que, agora, encontra-se desprovida da pureza tomista ao ter o contato recente com o liberalismo e toda a sua sistemática organizacional? Ora, os questionamentos circunscrevem fundamentalmente o plano do econômico ao se pensar que, por vias do ocidente, há sempre uma lógica acumulativa ordenada gerindo o que se produz dentro de uma comunidade nacional. O bastião teórico do liberalismo, “O federalista”, tenta descrever essencialmente a forma como facções devem defender o seu quinhão. “As medidas para a defesa devem [...] ser

compatíveis com as ameaças de ataque. A ambição será incentivada para enfrentar a ambição. Os interesses pessoais serão associados aos direitos constitucionais” (HAMILTON *et alli*, 1984). A disputa, por sua vez, é política.

O olhar ocidental sobre a aparente desordem na Iberoamérica, visualizado na reflexão brasileira de “Raízes do Brasil”, explana a necessidade de um agente externo capaz de impulsionar a ordem e, então, a canalização dos conflitos sociais inevitáveis. O caudilho é a opção irrevogável. A via autoritária passa a ser a única maneira de se atingir determinada ordem, pelo menos aquela ordem reconhecida pelo Ocidente Moderno. Logo, a personalidade do homem brasileiro descrito por Holanda perde-se em meio ao ambiente estranho ensejado pela constituição organizacional do liberalismo. Resta a ele, desprovido do instinto conflitivo imanente ao indivíduo moderno, esperar e crer, pelo menos não estranhar de forma plena e constante, a verticalidade da política vigente, a via prussiana inaugura sua legitimidade (MOORE JR., 1975; WERNECK VIANNA, 2004).

Notavelmente, diante desta consideração quanto à formação do indivíduo moderno brasileiro, assegura-se a sua incapacidade de enxergar as instituições políticas democráticas modernas com a mesma orientação do indivíduo moderno clássico – aquele visualizado pelos desenvolvimentos teóricos de Weber. Trata-se, então, de um sujeito pleno em sua constituição subjetiva, que, em um contato personalista a ponto de manipular as estruturas sociais através de sua pessoa, tende igualmente a encarar as instituições políticas com olhares também sentimentais. A inevitável lógica racional da democracia moderna vicejada por Weber, em “Parlamentarismo e governo em uma Alemanha reconstruída” (1980), não encontrará bases para a sua operação.

Mas, nota-se, o vigor das instituições sociais no Brasil é patente ao longo de todo o século XX. Isso é visível principalmente ao se pensar nos movimentos de urbanização. Contudo, partindo do princípio da impossibilidade da pura sobreposição de esferas sentimentais pelas racionais – se se pensar no posicionamento sentimental do brasileiro na sociedade em termos conceituais –, entende-se que a urbanização por si, assim como a divisão social do trabalho, não são suficientes para garantir um “desenvolvimento” da racionalidade no indivíduo brasileiro. Logo, a forma encontrada por ele para a compreensão e apropriação das instituições sociais e políticas está fundamentada nas premissas sentimentais. Todo o formalismo jurídico/político não mostra-se suficiente para reestruturar as dimensões operativas da sociedade e da política – voltar-se-á neste ponto mais adiante.

Prosseguindo com as reflexões propriamente políticas, afirma-se que para se pensar na estruturação de um Estado Moderno no Brasil por meio da adoção de algumas das instituições políticas modernas, recorre-se a reflexões promovidas pela obra de Weber. No já mencionado texto “Parlamentarismo e governo em uma Alemanha reconstruída” nota-se a predominância de uma estrutura fundamentalmente burocrática no interior do Estado Alemão em constituição da segunda metade do século XIX. O questionamento maior de Weber refere-se à maneira como as atividades políticas seriam coordenadas no interior do Estado. Logo, o alcance a tais questionamentos torna-se possível ao se recorrer aos pressupostos essencialmente racionais da constituição do indivíduo moderno. Há, em seu entender, uma inevitabilidade no progresso da racionalidade humana, fazendo indivíduos cada vez mais racionais a orientarem o seu

comportamento racionalmente. Portanto, estende-se este raciocínio para a constituição das instituições modernas de um modo geral, entre elas, as instituições políticas.

Onde quer que o funcionário moderno venha a predominar, sua força se revela praticamente indestrutível, pois toda organização e mesmo a satisfação da necessidade mais elementar foi adaptada ao seu modo de operação. [...] A abolição do capitalismo privado significaria simplesmente que também a alta administração das empresas nacionalizadas ou socializadas tornar-se-ia burocrática (WEBER, 1974, p. 30).

À abolição do capitalismo privado tem-se a sua transposição para esferas públicas. Obviamente, neste ínterim, dá-se a organização das instituições socialmente compartilhadas por meio da lógica operativa do capitalismo, uma lógica essencialmente racional. Sob esta perspectiva, observar-se-á o desenvolvimento de instituições sociais e políticas – além de, claro, as econômicas – sustentadas pelo princípio operativo racional. Trata-se, notavelmente, do surgimento da burocracia enquanto ordem institucional estruturante. O mesmo não poderia deixar de ser visto no Estado Moderno e em sua organização democrática parlamentar.

O dilema de Weber quanto ao desenvolvimento de uma burocracia é visível também neste ponto. O Estado moderno, em uma lógica racional de operação, sustenta-se por meio de um funcionamento burocratizado, quase mecânico, a pautar-se exclusivamente por regras a darem o tom das ações dos indivíduos a constituírem o corpo político. Inflexivelmente, esta racionalidade torna-se a base fundamental para a operação sistemática do Estado Moderno com interferências notáveis na política propriamente dita – esta, demarcada pela figura do monarca e pelo parlamento (Weber, *A política como vocação*). O conflito é patente absorvendo a burocracia a estruturar o Estado e a política em suas bases representativas visualizadas no parlamento. Dois cenários, neste caso, são possíveis: 1) um parlamento ineficiente em termos políticos conferindo prerrogativa operacional à burocracia e conseqüente interferência burocrática na política, transformando esta em mais uma esfera atuante do Estado, não dando brecha para o parlamento moderno e, portanto, à sociedade propriamente dita; 2) um conflito direto entre o parlamento e a burocracia a ser observado fundamentalmente no âmbito da política em decorrência de uma instância representativa suficiente em sua função legal.

No primeiro caso, o exemplo clássico da conseqüente predominância de um Estado burocrático é observado nas críticas de Weber ao Estado socialista (2004). Seguindo esta lógica reflexiva, as bases de constituição de um Estado socialista firmar-se-iam nos princípios racionais modernos, promovendo, portanto, uma burocracia na estruturação deste Estado. Contudo, dois elementos encontrar-se-ão ausentes na configuração do sistema como um todo de maneira a frear a influência e manipulação completa da esfera burocrática. O primeiro é um corpo legislativo consistente indicado como representante da sociedade a ponto de conseguir fazer frente, em termos sociais, à constante burocratização. O segundo é um sistema capitalista consolidado de forma a contrabalançar, mesmo no eixo de análise econômico, os poderes manifestados racionalmente no Estado. Isto é, a existência de um sistema econômico capitalista denota uma espécie de contrapeso ao funcionamento do Estado em seu plano essencialmente burocrático em função do estado ter que, justamente, se posicionar

economicamente na organização política e social. Sem estes dois elementos – ou quaisquer outros elementos que possam fazer frente à estruturação fortemente racionalizadora do Estado burocrático moderno –, nas teorizações de Weber, o Estado socialista, em sua proposta social, estaria fadado ao fracasso por ser observada uma constante supremacia do elemento racional na forma burocrática (WEBER, 2004). Tal burocracia, de modo geral, tenderia a organizar e orientar as ações sociais, interferindo diretamente em outras esferas que não propriamente as racionais, como a sentimental, a econômica, a religiosa etc. (WEBER, 1963).

Pensando-se em termos democráticos, a possível autonomização da burocracia frente à sociedade tenderia à promoção de um descolamento da instância política em relação à instância social. Ambas caminhariam separadas e, obviamente, a defesa de interesses da sociedade a ser exercida de forma efetiva no plano político não poderia acontecer de maneira plena. Por conseguinte, ao se entender a política enquanto a instância possível de atuação e regulação do sistema social e econômico como um todo, assegura-se a existência de uma dominação deste sistema em um plano que não necessariamente é o político, mas o racional burocratizado. A lógica de operação das demais instâncias sociais, portanto, refletirá nada menos do que a forma como a burocracia estatal tenderá a operar. Neste caso, pode-se pensar, por exemplo, nos partidos políticos, enquanto representantes legítimos da sociedade, como condicionados a uma lógica operacional da burocracia. É comum observar partidos sumarizando ações no plano puramente racional deixando de lado a lógica representativa. Weber, por exemplo, observa isso na criação de cargos públicos operados por partidos e que não podem ser controlados pela população.

O nível do parlamento depende da condição de que este não simplesmente debata grandes questões, mas de que as influencie decisivamente; em outras palavras, sua qualidade depende da seguinte alternativa: o que ocorre no parlamento tem realmente importância ou o parlamento não passa do carimbo involuntariamente tolerado de uma burocracia dominante (WEBER, 1974, p. 21).

Diante deste pessimismo e desencanto do mundo, Weber formula como uma contrapartida a necessidade de perceber formas diferenciadas de se encarar as demais instâncias, como a científica e a política, a partir de uma formulação conceitual como a vocação. Em seu entendimento, deve haver algo a transcender o aspecto puramente racional a orientar a ação de determinados agentes em seus papéis sociais. Cabe, antes de tudo, o autorreconhecimento desses agentes da importância de tais papéis ocupados no interior da sociedade e que seriam, justamente, um contraponto à forma puramente racional de se encarar o mundo. É nesta configuração conceitual que poder-se-ia encarar os políticos enquanto agentes: “Os políticos devem ser a força de equilíbrio contra a dominação burocrática” (WEBER, 1974, p. 45).

O interessante a destacar, neste caso, é a proeminência de agentes sociais na maneira como o sistema como um todo deve ser operado. Resumidamente, embora o sucesso do sistema democrático esteja condicionado à funcionalidade de um capitalismo efetivo e consistente que possa fazer frente racionalmente ao Estado moderno cada vez mais burocratizado, os agentes sociais, na forma de políticos, devem exercer uma influência suficientemente grande ao ponto de determinarem os rumos da política e delimitarem a sua

atuação no interior do sistema político e, obviamente, do Estado, limitando as influências da burocracia no plano político e, conseqüentemente, no social.

Por conseguinte, deve-se refletir sobre o entendimento de Weber quanto à sociedade. Esta, de um modo geral, é compreendida como inserida na lógica do sistema capitalista e, portanto, teria as suas ações igualmente orientadas pela perspectiva racional. Por isso, em seu raciocínio, o político deve ser compreendido em uma perspectiva diferenciada a não englobá-lo de forma pura e simples como ator racional – caso assim o fosse, não haveria uma diferenciação clara entre o político e o burocrata do Estado: “[...] os parlamentos modernos são primeiramente órgãos representativos dos indivíduos governados por meios burocráticos” (WEBER, 1974, p. 36).

O agente político, então, deve ser compreendido enquanto liderança, ou influência sobre a liderança, de uma associação política e, logo, do Estado (WEBER, 1963, p. 97). Mas há que se ater quanto à distinção dos indivíduos no interior da sociedade, principalmente se se retomar os fundamentos de ordenação desta mesma sociedade, aqueles diretamente envolvidos com o capitalismo e a lógica racional. Isso porque, por mais diferenciada da burocracia que possa ser a política, ela funciona em um âmbito comum ao capitalismo e todo o seu racionalismo. Portanto, os indivíduos seguem os princípios representativos da política sem excluir puramente o racionalismo a circunscrever a ação burocrática. Afinal, a política conseguirá fazer frente à burocracia por meio da maneira como o elemento racional será utilizado e, de forma alguma, negando-o.

Tomando por base tudo o que fora discutido, tenta-se refletir a partir da formação social e política brasileira, tendo como base o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e alguns dos argumentos desenvolvidos em “Raízes do Brasil” apresentados previamente. De fato, o autor chama a atenção para a inexistência de uma esfera puramente racional no desenvolvimento da sociedade moderna brasileira. Morse, já na década de 1980, referenda tal argumentação ampliando o diálogo ao visualizar a existência de um projeto prévio de modernização para a América Ibérica fundamentado nas bases tomistas. De toda forma, por mais que tal projeto entre em colapso com a disseminação das teses de Maquiavel na Península Ibérica, reconhece-se que o sustentáculo para o desenvolvimento e concepção do indivíduo ibérico apóia-se essencialmente na perspectiva tomista de homem enquanto indivíduo e não de uma lógica racional como a desenvolvida pelo sistema capitalista (MORSE, 1995). Ademais, a presença do liberalismo, por mais que seja reconhecida, deu-se de forma heterogênea sem que se atingisse algo profundo na configuração racional do indivíduo ibérico, havendo, por sua vez a predominância de um elemento afetivo, sentimental, na configuração de sua personalidade – tal como sinalizado por Buarque de Holanda.

Por fim, o questionamento proveniente da apresentação deste cenário refere-se à maneira como seria configurado um sistema político nacional a partir da adoção de princípios e instituições de sociedades tradicionalmente modernas – neste caso, aquelas possuidoras de um paradigma de desenvolvimento afim ao denominado Ocidente Moderno. Portanto, se se tomar como referência para a análise da questão democrática brasileira o “homem cordial”,

percebe-se a incoerência e impossibilidade de formação de um todo político capaz de fazer frente à estrutura burocrática. Logo, o “confronto” entre a burocracia e a política não ocorreria de forma plena. Por conseguinte, seguindo os princípios de Weber e as considerações de Holanda quanto à característica obediência da cordialidade do brasileiro, haveria uma prerrogativa do sistema burocrático frente ao político³.

Neste ínterim, o princípio representativo da democracia parlamentar moderna por meio dos partidos políticos encontrar-se-ia fatalmente comprometida por dois lados: 1) a sistemática prerrogativa da burocracia na organização política e, portanto, na organização social; e 2) por via do personalismo a continuar enquanto característica da sociedade brasileira. Nota-se, neste caso, que por mais que racionalismo e personalismo sejam aparentemente antípodas não necessariamente um anularia o outro, em um possível jogo de soma zero, ou mesmo inibiria a manifestação mútua por atuarem em esferas distintas. O racionalismo não conseguiria suplantar o caráter afetivo da sociedade brasileira se, em termos conceituais, esta estiver posicionada em uma esfera suficientemente solidificada a ponto de atuar na determinação do caráter do indivíduo brasileiro. Da mesma forma, o elemento afetivo não consegue suplantar de maneira plena o racionalismo se se pensar que as bases para a sua constituição não são tão sólidas como aquelas visualizadas de maneira clássica no Ocidente Moderno e descritas por Morse – como as revoluções políticas, econômicas, religiosas e científicas, pois nenhuma ocorreu de forma consistente, ou, pelo menos, nos mesmos parâmetros observados nas sociedades européias (MORSE, 1995).

Por mais que ocorra um longo e consistente processo de urbanização seguido de transformação da esfera produtiva a ponto de se reestruturar a divisão social do trabalho de forma clássica, tal como nas regiões onde houve o desenvolvimento do capitalismo típico, não será possível uma efetiva e completa transformação da sociedade e, no presente caso, da política como alguns teóricos crêem poder acontecer (SCHWARTZMAN, 1988a). Pensando-se novamente em termos das teses de Weber, far-se-ia necessário um longo processo de sobreposição de esferas, como se observou no caso da econômica sobre a religiosa, para o sucesso de um capitalismo clássico e de todo um sistema, incluindo a lógica política (WEBER, 1963). Grosso modo, trata-se de um processo de transformação individual a remontar ao ascetismo histórico como forma de posicionar o homem individualmente no mundo de forma a promover um autorreconhecimento seu enquanto agente. Ademais, nota-se a insuficiência de um sistema capitalista classicamente estruturado a ponto de fazer frente de forma consistente à esfera política – o racional diante do racional, reforçando a idéia de que o sentimental não é capaz de anular o racional e vice-versa, pois não são antípodas no plano conceitual. Assim sendo, a um suposto processo constante de burocratização do Estado não haveria uma contrapartida sistêmica para fazer frente à crescente burocracia.

³ Cabe fazer uma pequena discussão aqui sobre a possibilidade de desenvolvimento de um consistente sistema político visualizado por meio da ação legislativa. Nesta perspectiva, deve-se levar em conta o fato de a figura política brasileira seria formada a partir das características do homem cordial a circunscreverem a definição personalista de ser humano. Portanto, o indivíduo político brasileiro não conseguiria desenvolver os elementos mais claros a Weber que seriam capazes de fazer frente à burocracia, promovendo o consequente sucesso da instância política representativa.

Por conseguinte, ainda sobre o aspecto do desenvolvimento urbano, as análises da sociologia brasileira a considerarem a transição da vida do campo para a cidade partem do pressuposto de que a identidade do brasileiro, que, no caso, em termos novamente conceituais, relaciona-se com a perspectiva do homem cordial de Holanda, começou a ser construída no interior do ambiente rural, mais precisamente dentro da casa grande (FREYRE, 1977). Assim sendo, ao se passar para a cidade, um conjunto de pressupostos diretamente relacionados à moldagem da identidade do brasileiro no ambiente rural igualmente transfere-se para o urbano. Destarte todas as possibilidades de transformações e formação do indivíduo na cidade, nota-se a adaptação de características mais diretamente atreladas à formação da identidade brasileira, essencialmente rural e em contato com a natureza, no ambiente urbano. Este ponto é fundamentalmente observado não somente no desenho do comportamento humano nas cidades em construção, mas, igualmente, na forma como tais cidades são erigidas e no espaço público propriamente dito (FREYRE, 1977). Trata-se, sem dúvidas, da manifestação de traços mais característicos da identidade nacional – a vida urbana construindo-se não somente por meio do elemento racional, mas levando em conta essencialmente o afeto e todo o sentimentalismo do brasileiro.

Prosseguindo, ainda diante do dualismo entre vida urbana e vida natural, Holanda aponta para a importância do elemento natural na constituição da identidade do seu homem cordial. Em seus apontamentos, em uma vida mais próxima à natureza o indivíduo encontra-se em uma possível harmonia com o ambiente responsável para a constituição do meio social propriamente dito. Isso porque, pensando-se em termos autos-suficientes, a natureza tenderia a fornecer tudo o que este indivíduo precisaria para a sobrevivência, não havendo qualquer possibilidade de conflito quanto ao que se pode dela extrair – isso se torna mais óbvio se se pensar na dimensão das propriedades rurais do Brasil do século XIX. Por sua vez, a vida urbana enseja imediatamente um conflito do indivíduo para com o ambiente a partir do momento em que se considerar que ele não possui o controle sobre o ambiente. Logo, faz-se necessária a extração de elementos do meio, o urbano, gerando conflitos imediatos na forma como este ambiente será encarado. Estes conflitos são dimensionados no interior do indivíduo, mas não funcionam como processo de individuação se se pensar no caráter sentimental de sua constituição humana. Portanto, o conflito é levado para a esfera sentimental e processado enquanto possibilidade de adequação ao ambiente o que leva a um constante saudosismo a remontar, sempre, à natureza, ao rural, como a sua referência de formação individual (AVELINO FILHO, 1990; HOLANDA, 2006).

Considerações finais

Enfim, o que se pretendeu apontar, neste caso, é a já conhecida insuficiência da concepção de indivíduo moderno para a formação social brasileira. Há, enquanto característica do indivíduo nacional, um elemento fortemente sentimental a determinar o campo de sua atuação social e, obviamente político. Portanto, o questionamento aqui proposto refere à impossibilidade de conceber o “sucesso político” democrático de outros tipos de sociedades, fundamentalmente a anglo-americana e da Europa Continental, para o Brasil. Notoriamente, nada impede a utilização de instituições políticas condizentes com a realidade

de sociedades que enfrentaram uma revolução burguesa e científica, além da reforma protestante. Contudo, os resultados cobrados não podem ser o mesmo.

O roteiro escolhido para este exercício caminhou fundamentalmente pela consideração da formação das instituições democráticas brasileiras. Entretanto, a desconsideração do tecido social enquanto algo atrelado à política não fora observado ao longo de todo o texto. Pelo contrário, ressaltou-se constantemente a importância da sociedade civil no eixo político e, obviamente, da política na política. Tentou-se demonstrar a necessária consideração do eixo sociedade-política, principalmente se se tomar como referência todo o paradigmático racionalismo inerente à formação das sociedades modernas, inclusive de suas instituições.

A dedução, portanto, é óbvia: o Brasil possui uma constituição social diferenciada que reflete diretamente na concepção política de suas instituições e na maneira como elas operam. A partir destas argumentações tenta-se coletar como saldo a necessária observação atenta, e diferenciada, de todos os movimentos da democracia brasileira. Esta, por si só, deve ser pensada e repensada constantemente, seja através da criação de canais de diálogo entre sociedade e política, seja por meio da visualização constante do alcance operacional do Estado brasileiro.

Referências

- AVELINO FILHO, George. Cordialidade e civilidade em “Raízes do Brasil”. **RBCS**, v. 12, n. 5, p. 5-14, 1990.
- BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício – Iberismo e barroco na formação americana**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2000.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- GILSON, Etienne. **O espírito da filosofia medieval**. Martins Fontes: São Paulo, 2006.
- _____. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HAMILTON, Alexander *et alli*. **O federalista**. Brasília: Editora UnB, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MERQUIOR, José G. **The other West: on the historical position of Latin America**. *International Sociology*, vol. 6, nº 2, 1991, pp. 149-163.
- MONTEIRO, Pedro Meira. As raízes do Brasil em “O espelho de Próspero”. In: DOMINGUES, Beatriz H.; BLASENHEIM, Peter L. **O código Morse: ensaios sobre Richard Morse**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- MOORE JR. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MORSE, Richard. **A volta de McLuhanaíma – cinco estudos solenes e uma brincadeira séria**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero – cultura e idéia nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. A redescoberta da cultura. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 22, 1988b, disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/morse.htm>>. Acesso em: 26 junho 2012

_____. **O espelho de Morse**. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 25, 1989, disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/redesc/morse.htm>>. Acesso em: 26 junho 2012.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ensaio de Sociologia**. Zahar: Rio de Janeiro, 1963

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

_____. Parlamentarismo e governo em uma Alemanha reconstruída. In: WEBER, Max. **Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. A instituição estatal racional e os modernos partidos políticos e parlamentos (Sociologia do Estado). In: **Economia e sociedade**. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

Recebido em: 13/11/2013

Aprovado em: 28/02/2014